ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA JULHO/2026

Ao sexto dia do mês de julho de 2026 em primeira convocação às 19h, horário de Brasília, de forma presencial, nos termos da Lei 15.764/2013, regulamentada pelo Decreto 59.023/2019 e Portaria nº 002/PREF/CC/SERS/2020, deu-se início à reunião plenária ordinária do Conselho Participativo Municipal da Lapa sob coordenação do Coordenador Paulo César Maluf, sendo informado a todos que a reunião estaria sendo gravada para fins de elaboração da ata, que ficou a cargo da Secretária-Geral Claudia Regina Aranda Amaro. Contou-se com a presença de Conselheiros Titulares e Suplentes, Representante da Subprefeitura, Representantes de Conselhos e Associações de Bairros e, também, a presença de Munícipes, conforme lista que se segue:

Função	Nome	Presença	Justificativa
Conselheiro(a)	Paulo Henrique Marques Santana	Presente	
Conselheiro(a)	Célio Alves de Souza	Presente	
Conselheiro(a)	Luciana Hofjud	Presente	
Conselheiro(a)	Berel Hofjud	Presente	
Conselheiro(a)	Valdeny Silva	Ausente	Motivo saúde
Conselheiro(a)	Alfredo José Dantas	Ausente	Motivo saúde
Conselheiro(a)	Edson de Andrade Sales	Ausente	Motivo trabalho
Conselheiro(a)	Amanda Pimenta Assunção	Ausente	
Conselheiro(a)	~~Eduardo Santos Vieira~~	~~Ausente~~	Perda mandato
Conselheiro(a)	Paulo César Maluf	Presente	
Conselheiro(a)	Gislene Aguiar Mendes de Oliveira	Ausente	
Conselheiro(a)	~~Luciana Gomes Farias~~	~~Ausente~~	Renúncia
Conselheiro(a)	~~Mônica Lopes~~	~~Ausente~~	Renúncia
Conselheiro(a)	Marcela Rodrigues dos Santos	Presente	
Conselheiro(a)	Nivaldo Zanchi	Presente	
Conselheiro(a)	Viviane Aparecida Viana	Ausente	
Conselheiro(a)	Luciana Gaspar Barros	Presente	
Conselheiro(a)	Cecília Batista Araújo	Presente	
Conselheiro(a)	Delia Maria Catullo de Goldfarb	Presente	
Conselheiro(a)	Sonia Rodrigues	Presente	
Conselheiro(a)	Heloisa Casagrande	Presente	
Conselheiro(a)	~~Ana Maruggi~~	~~Ausente~~	
Conselheiro(a)	Maria Ester Xavier Pereira do Valle	Presente	
Conselheiro(a)	Carlos Alexandre Beraldo	Presente	
Conselheiro(a)	Daniel Beltrão Alves	Presente	
Conselheiro(a)	Roberto Lopes Passos	Presente	
Conselheiro(a)	Paulo Sergio Vieira de Freitas	Ausente	Motivo trabalho
Conselheiro(a)	Edson Garcia Alves	Presente	
Conselheiro(a)	Claudia Regina Aranda Amaro	Presente	
Conselheiro(a)	~~Carmen Ligia Cesar Torres Lopes~~	~~Ausente~~	Renúncia
Conselheiro(a)	Teresinha Covas Lisboa	Ausente	Motivo saúde
Conselheiro(a)	Bruno Gabriel de Melo Rico	Presente	
Conselheiro(a)	Domenico Carone	Presente	
Conselheiro(a)	Maria Izabel Batista	Presente	
Representante CET	Almir Mattos	Presente	
Interlocutor (a)	Afonso Renno	Presente	
Governo Local	Antonio Rago	Presente	

Reunião aberta

Verificação de quórum e leitura da pauta

Item 1 – Abertura dos trabalhos
Item 1.1 – Verificação de quórum
Item 1.2 – Manifestação dos munícipes previamente inscritos
Item 2 – Informes Gerais
Item 2.1 – Comunicados e atualizações relevantes
Item 3 – Eleição da nova Mesa Diretora
Item 3.1 – Eleição dos novos membros da Mesa Diretora
Item 3.2 – Posse dos eleitos em agosto de 2026
Item 4 – Propostas dos Conselheiros para deliberação
Item 4.1 – Apresentação de propostas
Item 4.2 – Discussão e votação
Item 5 – Ações de zeladoria
Item 5.1 – Propostas para aprimorar a eficiência e o caráter preventivo das ações
Item 5.2 – Sugestões de planejamento e monitoramento contínuo
Item 6 – Encerramento

Item 1 – Abertura dos trabalhos
Item 1.1 – Verificação de quórum

O **coordenador** da mesa, **Paulo Maluf**, deu início à reunião do Conselho Participativo Municipal do distrito pertencente à Subprefeitura da Lapa saudando todos os presentes. Informou a reunião estar sendo gravada para elaboração da ata a ser publicada em Diário Oficial. Consultou o secretário-adjunto, Célio Alves, quanto à existência de quórum dos conselheiros para início dos trabalhos, obtendo confirmação positiva. Apresentou a pauta do dia publicada no Diário Oficial e aprovada pela Mesa: abertura dos trabalhos, verificação de quórum, manifestação dos munícipes previamente inscritos, informes gerais, comunicados e atualizações relevantes, eleição da nova mesa diretora, eleição dos novos membros da mesa diretora, posse dos eleitos em agosto de 2026, propostas dos conselheiros para deliberação, apresentação de propostas, discussão e votação, ações de zeladoria, proposta pra aprimorar a eficiência e o caráter preventivo das ações de zeladoria e sugestões de planejamento e monitoramento contínuo.

Item 1 – Abertura dos trabalhos
Item 1.1 – Verificação de quórum

Coordenador Paulo perguntou se algum munícipe faria uso da palavra, mas ninguém se manifestou.

Item 2 – Informes Gerais
Item 2.1 – Comunicados e atualizações relevantes

Coordenador Paulo perguntou se algum conselheiro faria informe passando a palavra.

Conselheira Cecília, Distrito Perdizes, coordenadora da Comissão de Projetos informou que, no final de junho, foi realizada reunião com o Subprefeito, articulada pelo Conselheiro Edson, proporcionando o encontro a pedido da Comissão de Projetos em razão da dificuldade da Comissão em se reunir com a CPO - Coordenadoria de Projetos e Obras - para obter esclarecimentos sobre a execução dos projetos aprovados em 2025 para execução em 2026. Houve resistência por parte da CPO em atender a Comissão sob a alegação de que já haviam se reunido com outros CPMs entendendo não ter motivo para novo atendimento orientando que as informações fossem buscadas junto a esses Conselhos. Foi informado, contudo, que os CPMs que se reuniram com a Comissão de Projetos e Obras não obtiveram informação relevante e, diante disso, a Comissão recorreu ao Subprefeito, na condição de responsável pela pasta, para cobrar da CPO as informações devidas. Ainda na reunião foram apresentados dados referentes a SEIs dos onze projetos. Segundo Cecilia, a estranheza foi causada pelo fato de alguns projetos estarem com valores orçados muito inferiores aos valores disponibilizados pelo CPM exemplificando o projeto da Escadaria André Casado, que contava com R$ 2.500.000,00 destinados pelo COM e estava sendo orçado em R$ 280.000,00, mesmo já possuindo SEI em andamento. Também foi citou o projeto de Alargamento da Rua da Barra Funda, que tinha R$ 1.500.000,00 destinados e, segundo levantamento da CPO/Subprefeitura, estava orçado entre R$ 380.000,00 e R$ 680.000,00. A coordenadora do da comissão também destacou os demais SEIs dos projetos permanecerem fechados, não sendo possível sequer verificar quanto foi destinado a cada projeto. Essas informações foram apresentadas ao Subprefeito, que recebeu a Comissão e assumiu o compromisso de solicitar nova orçamentação para os projetos com valores muito abaixo do disponibilizado, bem como de determinar a abertura dos SEIs que se encontram fechados, a fim de possibilitar o acompanhamento pela Comissão. Até o momento desta reunião, Cecilia informou nenhum SEI ter sido aberto e em relação aos projetos mencionados, o da Escadaria André Casado teve o orçamento anterior cancelado (valor muito inferior ao valor destinado) e estar em fase de elaboração de novo projeto para realização de novo orçamento, o projeto de Alargamento da Rua da Barra Funda, que estava em R$ 680.000,00, teve o valor reduzido para R$ 477.000,00. A conselheira também registrou o projeto da Calçada da Rua Bento Teobaldo cujo valor destinado pelo CPM era de R$ 2.000.000,00 e estava sendo licitado por R$ 644.000,00 tendo como informação mais recente que o valor caiu para R$ 477.000,00, demonstrando haver sobra significativa de recursos. Coordenadora da comissão destacou constar em ata, a partir da apresentação feita ao Subprefeito, o compromisso de que o valor da sobra dos R$ 10.000.000,00 destinados ao CPM não será utilizado pela Subprefeitura ficando definido que o próprio CPM indicará novos projetos para aplicação do saldo remanescente. Diante do exposto, Cecilia mencionou ser necessário acompanhamento mais próximo por

parte do CPM pedindo apoio de todos os conselheiros, e não apenas da Comissão de Projetos, para esse monitoramento. No momento, aguarda-se a abertura dos SEIs e a apresentação dos novos orçamentos para dar continuidade ao acompanhamento.

Munícipe Eduardo perguntou se os conselheiros esperam melhor aproveitamento desse valor do projeto ou que seja devolvido.

A Conselheira Cecília informou ter sido solicitado o melhor aproveitamento no projeto para o qual o recurso foi destinado. Segundo a conselheira, isso parece estar ocorrendo no projeto da André Casado. Em relação à Rua da Barra Funda, a avaliação é diferente sendo informado, na ocasião, a possibilidade de elaboração de um plano paisagístico, em vez de apenas a reforma da calçada. Pelo acompanhamento realizado, constatou-se a previsão apenas de alargamento da rua. A conselheira questionou o impedimento para elaboração de um projeto melhor, uma vez haver recurso disponível. Ressaltou que, caso o recurso não seja utilizado, o mesmo retornará ao COM sendo ser o objetivo a execução de um projeto melhor e, caso isso não ocorra, o valor retornará ao CPM.

Coordenador Maluf destacou o ponto principal observado na reunião: a diferença entre o valor indicado na época pelo CPM e o valor orçado pela CPO citando como exemplo o projeto com R$ 2.500.000,00 destinados e o orçamento desenvolvido no valor de R$ 280.000,00 e os casos anteriores de projetos com R$ 5.500.000,00 reduzidos para R$ 600.000,00 a R$ 700.000,00. O coordenador afirmou ser essa diferença um entrave ao desenvolvimento do trabalho da Comissão informando ter sido conversado com a Conselheira Cecília sobre a necessidade de revisão dos projetos com sobra de recurso para melhor aproveitamento do valor disponível. Diante disso, solicitou ao Subprefeito a paralisação do processo licitatório do projeto da Escadaria André Casado para reformulação e melhoria do projeto. Relatou, ainda que não conheça o local, a informação de existência de um terreno pertencente a André Casado em rua com necessidade de melhorias dizendo ter o pedido sido atendido pelo Subprefeito. O coordenador manifestou a expectativa de melhor aproveitamento do recurso nos demais projetos ressaltando a ausência de competência técnica da Comissão para analisar a viabilidade do que podia ou não ser feito e questionou a existência de equipes com capacidade técnica na Subprefeitura para esse fim. Paulo solicitou o registro ao Conselho do compromisso de continuidade no acompanhamento, na verificação e na cobrança, para obtenção do resultado esperado pela sociedade. Reforçou todos os pedidos realizados terem partido da sociedade e ninguém ser proprietário de algum projeto.

Conselheira Heloísa, Distrito Perdizes, relatou que, na reunião com o Subprefeito, expôs a demanda da Escadaria André Casado solicitando a incorporação do terreno pertencente à escadaria na obra por não constar no projeto orçado em quase R$ 300.000,00 o terreno. A conselheira destacou a demanda local ser para munícipes com idade avançada, cadeirantes, mães com criança e bebê. Propôs a criação de platôs de descanso afirmando

não ser arquiteta nem engenheira, possuir pós-graduação em saúde pública, mas não ser da área e sugeriu a execução de rampa. Mencionou ter encaminhado e-mail ao Coordenador do Governo Local e ao Cel. Brunetti propondo a alteração do projeto para inclusão de rampa afirmando, quando o Subprefeito informou a suspensão da licitação, ter havido receio de prejuízo por prazo e consequente perda do projeto. A conselheira informou ter tido a solicitação atendida pelo Subprefeito e ter sido publicada, no dia seguinte, no Diário Oficial, a suspensão da licitação para elaboração de novo projeto e concluiu caber a todos os munícipes a fiscalização da obra.

Conselheiro Daniel, Distrito Vila Leopoldina, fez ponderações para ratificar pontos abordados afirmando estar sendo tratada a diferença de valores dos projetos apenas sob o viés pecuniário citando, como exemplo, a diferença de R$ 2.200.000,00. O conselheiro ressaltou o orçamento ter sido elaborado pela SEPLAN e o CPM ter indicado o recurso, mas a competência técnica para orçar cabia à SEPLAN. Considerou existir um abismo entre o valor aprovado e devidamente votado pelo Conselho e o valor, agora, em execução. Segundo ele, essa diferença implicava em redução do planejado para a obra original e defendeu a necessidade de clareza nas reuniões sobre o que estava acontecendo de fato com cada projeto. Afirmou não ser possível projeto orçado em R$ 2.000.000,00 passar a custar R$ 280.000,00. Na avaliação dele está havendo supressão de itens previstos no projeto original sem acesso da Comissão a essas informações. O conselheiro reforçou ponto já mencionado pela Conselheira Cecília alertando a necessidade de atenção esclarecendo não adiantar fiscalizar apenas a execução da obra sendo fundamental saber, previamente, o que seria feito. Citou como exemplo a reforma das praças que, após a execução, constatou-se grama inadequada e, após a conclusão, restar apenas solicitar novos recursos para adequação. Daniel solicitou atenção de todos e envolvimento não apenas da Comissão de Projetos com a pauta defendendo análise prévia à execução e para verificação de conformidade com o proposto. Lembrou, ainda, todas as obras serem propostas por munícipes alertando para evitar situação posterior de necessidade de novos pedidos de recurso.

Conselheiro Bruno, Distrito Perdizes, informou estar assumindo na data como titular e ter ciência de diversos assuntos já tratados anteriormente e ainda desconhecidos por ele. Em seguida prestou informe relatando a realização, no último sábado, de um ato pela permanência da Cooperativa Coopamare (Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis) esclarecendo a cooperativa estar localizada fisicamente no subdistrito da Subprefeitura de Pinheiros, mas prestar atendimento à região da Lapa, Perdizes e Barra Funda com serviço de reciclagem de materiais. Informou, ainda, tratar-se da cooperativa de reciclagem mais antiga de São Paulo, possivelmente do Brasil e ter recebido notificação da Prefeitura em março para desocupação do local e estar tentando permanecer no local. Segundo o conselheiro, a Prefeitura apresentou proposta de transferência para outro terreno, com área bem menor e distante 6 km da atual localização e destacou a importância da cooperativa ressaltando a função ambiental e social

desempenhada na região gerando atividade de renda para catadores. Bruno manifestou preocupação com a remoção defendendo a permanência da cooperativa no local atual, mesmo estando oficialmente no endereço da Subprefeitura de Pinheiros, colocando-se à disposição para conversar sobre o tema propondo desdobramento de ações em relação ao assunto, caso fosse de interesse do Conselho.

Conselheira Maria Ester fez considerações sobre as obras alegando redução dos projetos originalmente previstos em relação aos valores e escopo das obras e itens previsto para execução foram realizados de forma diferente do planejado. Segundo a conselheira, a diferença total apurada chegou a R$ 3.500.000,00 citando a fala do Subprefeito Danilo Antão da necessidade de reversão do recurso remanescente para outros projetos ao invés de devolução e Maria Ester manifestou concordância com essa posição.

Conselheiro Edson, Distrito Lapa, afirmou, em três mandatos, nunca ter visto corte tão grande da verba inicial e nem encolhimento tão grande da verba inicial tendo a impressão de inflação dos valores na época da proposta para evitar problemas posteriores. Edson perguntou sobre a destinação das sobras indagando se cabia ao Conselho dar novo destino ao recurso. Lembrou, ainda, da existência de projetos cortados por falta de orçamento. Na avaliação dele, caso o recurso seja aproveitado para esses projetos, seria possível beneficiar número maior de projetos em comparação ao número inicialmente previsto ressalvando os novos projetos elaborados precisarem atender ao mínimo necessário previsto no projeto original e projetos inadequados não atenderiam à finalidade. O conselheiro destacou aprendizado aos próximos mandatos defendendo definição mais detalhada dos projetos solicitados e sugerindo elaboração com cabeçalho, conforme prática atual, e detalhamento posterior. Citou, como exemplo, especificação de itens, de brinquedos e demais elementos propondo aproveitamento do dinheiro remanescente para outros projetos, prioritariamente aqueles cortados por orçamento. Sugeriu, caso ainda sobrasse recurso, fosse montado novo projeto.

Conselheira Cecilia, fez considerações sobre a indicação de outros projetos para readequação afirmando ser necessário aguardar a abertura dos processos no SEI de todos os projetos para verificação do valor remanescente citando, novamente, o projeto da Escadaria André Casado. Defendeu aguardar o novo orçamento para saber o valor final concordando com a necessidade de elaboração de propostas mais detalhadas para o ano seguinte. Segundo ela, na reunião inicial foi executado na escadaria exatamente o escrito e, após isso, foram realizadas outras reuniões solicitando ampliação do previsto e os pedidos foram aceitos, ocorrendo o mesmo em reuniões na Barra Funda sobre alargamento de calçada e sobre outros projetos de áreas verdes. A conselheira abordou, também, os R$ 2.000.000,00 mencionados pelo Conselheiro Daniel esclarecendo o valor não ter sido indicado pelo Conselho e, sim, pela SEPLAN. Cecilia afirmou desconhecer a origem exata do recurso e o responsável exato pela definição do valor defendendo aprimoramento também por parte da SEPLAN apontando a falta de detalhamento gerar confusão. Segundo

a conselheira, o Subprefeito informou a abertura dos processos para um conselheiro, ainda não aberto até a data desta reunião, e a abertura não poder ocorrer na fase licitatória para evitar favorecimento de empresas. Cecilia concluiu informando ter ficado combinado o envio dos dados pelo Subprefeito, mesmo sem abertura direta.

Conselheira Heloísa prestou esclarecimentos jurídicos sobre o fechamento dos SEIs informando estar relacionado à concorrência pública explicando que, com o SEI aberto, outra empresa poderia acessar o projeto e elaborar proposta semelhante configurando concorrência ilícita. Em seguida citou a Portaria da Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência, SEPLAN, nº 6, de 27 de março de 2026 mencionando o artigo 17º da referida portaria "para compromissos assumidos no âmbito do Orçamento Cidadão cuja implementação se revelasse inviável ao longo do exercício, os órgãos responsáveis deveriam se manifestar até 30 de junho do respectivo exercício. Deveriam promover a anulação das correspondentes reservas orçamentárias. Deveriam promover também a disponibilização dos recursos. A destinação caberia à Subprefeitura do respectivo território". A conselheira destacou a data de 30 de junho já ter passado e informou a existência de SEIs fechados. Afirmou que, caso a execução fosse inviável, a verba retornaria para a Subprefeitura que ficaria com a prerrogativa de disponibilizar o recurso conforme sua vontade. Heloisa esclareceu não ser da área jurídica e citou o parágrafo único do artigo "de acordo com o dispositivo, os recursos disponibilizados na forma do caput teriam destinação definida conforme procedimento previsto no parágrafo 5º do artigo 11º da mesma portaria".

Coordenador Paulo esclareceu o questionamento da conselheira Heloisa dizendo que o decreto citado por ela entrará em vigor no ano seguinte não se aplicando ao exercício atual; portanto, o orçamento em discussão não se enquadra na nova regra. Maluf informou essa situação ter sido questionada junto à Secretaria da Casa Civil e à SEPLAN e ter recebido o retorno de que o recurso estaria carimbado para o CPM, a destinação deveria ficar a critério do Conselho e os projetos que ficaram para trás precisariam ser levantados, independentemente da necessidade. O coordenador informou a portaria ter sido discutida internamente na Casa Civil havendo mudança para vigência no ano seguinte e tudo o que foi aprovado naquele ano seria mantido, os valores poderiam ser definidos até o final do ano e, caso sobrasse recurso no ano seguinte, a destinação poderia ocorrer se não houvesse projetos. O coordenador lembrou os 15 projetos escolhidos e que muitos ficaram para trás. Na avaliação dele, seria possível incluir mais projetos no ano seguinte caso houvesse sobra de recurso. O coordenador respondeu à grande preocupação do Conselho afirmando desconhecer a autoria dos valores e que a Subprefeitura definiu os valores de cada obra sob sua responsabilidade de execução e, caso a obra fosse de outro órgão, como a CET, o próprio órgão elaboraria o preço. Afirmou as obras de praça serem competência da Subprefeitura e, desta maneira, a Subprefeitura estabeleceu os valores e ele desconhecer o profissional responsável e a orientação recebida por ele. O coordenador destacou dificuldade de acompanhamento ressaltando o desejo do munícipe, registrado no Participe+, não poder ser alterado pelo Conselho sendo, a grande maioria, inserido

superficialmente. Exemplificou, ainda, o pedido de arrumar a praça em que poucos munícipes especificavam iluminação, playground, academia de musculação, calçada, plantio de árvore dentre outras necessidades. Na visão do coordenador, cabia à área técnica da Subprefeitura analisar o orçamento disponível e conhecer o local, assim como definir o essencial para uma praça. Paulo defendeu a ideia de caber muito mais à área técnica desenvolver o projeto e apresentar à sociedade o viável cabendo ao CPM aprimorar a proposta não sendo obrigação do munícipe. O coordenador defendeu aprimoramento técnico de cada departamento, seja da Subprefeitura ou de Secretarias, para definir o cabível citando, como exemplo, plantio que, mesmo sem pedido do munícipe, a Subprefeitura poderia identificar a possibilidade e encaminhar demanda à Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Paulo informou receptividade do Subprefeito quanto ao recurso remanescente daquele ano, o valor exato ainda ser desconhecido e o Conselho escolher os projetos do ano anterior. Maluf disse que o Conselho precisava se reunir, analisar os projetos não contemplados e começar a indicar e que existiria prazo para isso solicitando empenho da equipe de projetos e de todos os conselheiros.

Coordenador Paulo, em seguida, prestou informes mencionando ter recebido justificativas de faltas da conselheira Terezinha Covas, motivo de saúde, do conselheiro Edson Sales, motivo de trabalho, Conselheiro Valdenir, o Borracha, motivo de saúde e do conselheiro Alfredo Dantas, motivo de saúde e o registro feito conforme envio prévio, para constar em ata.

Segundo o coordenador, no dia 03 de junho, a conselheira Mônica encaminhou pedido de renúncia e ele ter conversado imediatamente com ela para verificar possibilidade de reversão tendo sido informado se tratar de decisão pessoal, em razão de outros compromissos. O coordenador encaminhou o pedido à Casa Civil, conforme atribuição do cargo, sendo aberto, pela Casa Civil, SEI para desligamento e convocação de outro conselheiro. Paulo informou ter havido demora no envio para publicação em razão do feriado e explicou alguns trâmites não dependerem do CPM. Citou, ainda, a ata ser elaborada pelo CPM e enviada à SubLapa para publicação e que, algumas vezes, ocorreu devolução, como naquele mês, por problema de configuração para publicação no Diário Oficial. O coordenador pediu paciência reforçando a necessidade de cumprimento do decreto, de forma respeitosa. Paulo registrou agradecimento pelo trabalho da conselheira Mônica durante o período em que esteve no Conselho defendendo respeito, independentemente de diferenças de ideia e comportamento. O coordenador também registrou recebimento de e-mail da senhora Luciana Hojfud solicitando afastamento por atestado de saúde e, posteriormente, novo e-mail cancelando a licença referente aos meses de julho, agosto e setembro. A conselheira estava presente e recebeu desejo de melhoras do coordenador. Maluf registrou renúncia dos conselheiros suplentes José Renato Fonseca de Almeida, Distrito Perdizes, e Athos Franklin Skeff Seba, Distrito Lapa sendo os pedidos de desligamento e renúncia encaminhados à Casa Civil. O coordenador informou perda de mandato de dois conselheiros por faltas, Jonas Silva e Silva assumindo seu lugar o conselheiro Bruno Gabriel de Melo Rico, presente na reunião e Eduardo Santos Vieira, sendo convocado em seu lugar, o conselheiro Domenico Carone, presente na reunião.

Conselheira Claudinha Amaro, Distrito Vila Leopoldina, também Conselheira Municipal de Trânsito e Transporte Mobilidade a Pé mencionou as respostas entregues pelo interlocutor da CET, Almir Matos, de três demandas deferidas da Vila Leopoldina e uma do Conselheiro Daniel passando a palavra ao representante da CET.

Interlocutor do Departamento de Ação Social e Relacionamento com o Munícipe da CET, Almir Matos, prestou quatro devolutivas sendo a mais complexa da Avenida Mofarrej relatando realização de reunião com representantes da Subprefeitura e da Igreja Yah Church e que, na ocasião, foi solicitada implantação de faixas de pedestre elevadas e estudo de viabilidade para reativação de vagas de estacionamento. O interlocutor descreveu a avenida como via extremamente ampla lembrando, em período anterior, no lado direito, sentido Ceagesp, ser permitido estacionar próximo à faixa de ciclovia no período noturno. Estudos foram realizados na época e Almir esclareceu não ser o técnico responsável e que as vagas foram canceladas posteriormente. Segundo ele, em atendimento a pedidos posteriores, foram criadas novas vagas nos trechos do nº 950 ao nº 974 e do nº 1110 ao nº 1130 afirmando o número ainda ser insuficiente diante da demanda, principalmente nos finais de semana, em razão do grande fluxo de pessoas para os cultos. O interlocutor informou a CET não ter autonomia para gerar vagas de estacionamento e seguir todas as normas do CONTRAN; portanto, a definição das regras não cabia à CET. O interlocutor destacou complexidade da região e mencionou instalação de um novo conjunto de empresas em frente ao local e, segundo os proprietários, quase 5.000 pessoas passariam a circular na região sendo o pico durante horário comercial - o empreendimento foi identificado como WPP, no Arquipeo. O interlocutor explicou o critério usado para criação das vagas, ou seja, os trechos utilizados não possuíam comércio ou possuíam apenas muro de grandes indústrias e, dessa forma, não havia prejuízo à mobilidade de entrada e saída de prédios citando, como exemplo, o entorno do nº 1130, onde havia reclamações constantes de prédio sobre problemas de estacionamento na porta. Sobre a faixa elevada, o interlocutor informou a via já contar com faixas de pedestre e lombadas distribuídas em trechos diferentes para controle de velocidade e o pedido específico, não aprovado, ser de faixa elevada em frente à igreja e ao Arquipeo, como ponto de travessia para funcionários dos dois lados. O interlocutor avaliou que, com a chegada dos mais de 5.000 funcionários, a necessidade tenderia a aumentar e o local seria monitorado e avaliado constantemente para possíveis mudanças conforme a necessidade. O interlocutor informou ainda resposta já encaminhada ao conselheiro Daniel sobre os pontos de ônibus. Em seguida, o interlocutor tratou da Rua Racine para pedido de lombadas que, após análise técnica no local, foi elaborado projeto prevendo implantação de três redutores de velocidade no trecho entre a Rua Cordilheiras e a Rua Passos da Pátria. O projeto também previu sinalização horizontal e vertical. Estava prevista pintura de solo e colocação de placas tendo o objetivo oferecer melhores condições de segurança para veículos e pedestres. Foi solicitado também sinalização informando área de alagamento na Rua Passos da Pátria tendo sido elaborado projeto prevendo colocação de sinalização de advertência sobre alagamentos na área, pedido esse solicitado pela Conselheira Claudinha

Amaro. Outro ponto da Rua Racine envolvia o cruzamento com as ruas Visconde de Pelotas, Cordilheiras e Dalton e estava prevista instalação de placas e pintura de solo com "PARE" além de sinalização de preferência ao pedestre. Haverá manutenção de toda a sinalização existente na rotatória tendo como objetivo melhorar segurança e circulação de pedestres e veículos no local. Ao final, o interlocutor orientou sobre encaminhamento de demandas sugerindo utilização do formulário de demanda e solicitando à mesa diretora que disponibilizasse o formulário sendo informado que o formulário é enviado por meio de arquivo PDF aos conselheiros levando em consideração o pedido do próprio interlocutor principalmente para melhor entendimento quando transcrito. O interlocutor recomendou, ainda, detalhamento das solicitações com foco em segurança e melhoria de fluxo para veículos e pedestres afirmando quanto mais detalhada a demanda, maior a possibilidade de análise técnica adequada. Almir lembrou reunião da CET com o Conselho realizada em julho do ano anterior reforçando os conselheiros serem os ouvidos da CET e possuírem habilidade para verificar a procedência das demandas. Colocou-se à disposição para visitas técnicas aos locais, mediante convite dos conselheiros.

Coordenador Paulo Maluf pediu desculpas à conselheira Maria Isabel Batista informando posse em razão da renúncia da conselheira Mônica. Em seguida, o coordenador iniciou a pauta anunciando abertura da discussão para eleição da nova Mesa Diretora, a posse ocorreria na reunião seguinte, em agosto e o mandato vigoraria até dezembro. O coordenador fez considerações sobre o Conselho Participativo definindo o Conselho como equipe e esclareceu os ocupantes da Mesa não serem detentores da verdade atuando como intermediários para levar demandas coletivas ao poder público. Paulo orientou sobre demandas distritais afirmando os conselheiros de cada distrito poderem se organizar buscando soluções diretamente, sem aguardar reunião do Conselho e o apoio do Pleno seria necessário apenas quando a demanda exigisse manifestação em nome de todo o Conselho. O coordenador explicou, também, os limites de atuação em que o conselheiro pode tratar com qualquer órgão público na condição de conselheiro, mas não poder falar em nome do Conselho sem aprovação do Pleno podendo tratar com Subprefeito, Prefeito e Secretários sendo necessário trazer informes sobre o resolvido ou sobre o não resolvido e apresentar proposta e solicitar apoio de outros conselheiros e distritos. Paulo fez retrospecto das composições anteriores da Mesa citando a coordenação dos conselheiros Daniel e Monica e os secretários, geral e adjunto, pelos conselheiros Marcela, Berel, Daniel e Monica. Citou a composição atual: o coordenador Paulo, a secretária-geral Claudinha e o secretário-adjunto Célio. O coordenador reforçou os membros da Mesa não serem empregados, não ser trabalho remunerado e a função ser de intermediação mediante decisão do Pleno criticando cobranças indevidas e afirmando muitas questões poderem ser resolvidas diretamente pelo conselheiro. O coordenador pediu transparência nas manifestações e solicitou que críticas fossem feitas na reunião, de forma pública, e não em grupos particulares alertando sobre vazamento de informações. O coordenador fez apelo pedindo respeito aos próximos coordenadores e secretários destacando o trabalho ser voluntário. Ressaltou aumento da burocracia defendendo que o trabalho deveria ser

remunerado devido ao volume grande de trabalho burocrático e responsabilidade citando assinatura de documentos para o Diário Oficial e que a Mesa respondia pelas falas e documentos do Conselho. O coordenador convocou os conselheiros solicitando candidatura de quem tivesse interesse afirmando, ainda aquele ser o momento. Para Maluf, o Conselho precisava avançar e lembrou da natureza consultiva do Conselho ressaltando, no entanto, a força do Conselho para levar demandas até o Prefeito. O coordenador defendeu trabalho em grupo, retomou tema dos projetos, manifestou desejo de participação prévia da Subprefeitura na apresentação dos projetos, antes do envio para licitação e reconheceu que procedimento atual não permite. Concluiu afirmando todos possuírem capacidade para se candidatar pedindo compreensão da responsabilidade por parte dos que assumissem e respeito à Mesa por parte dos que não assumissem. Reforçou, ainda, todos estarem no mesmo propósito de melhoria citando como grande conquista do Conselho a destinação de orçamento de R$ 10.000.000,00 e destacou a oportunidade de indicação de prioridades conhecidas em cada distrito defendendo valorização do recurso e busca conjunta de soluções com o poder público, em vez de críticas.

Item 3 – Eleição da nova Mesa Diretora
Item 3.1 – Eleição dos novos membros da Mesa Diretora
Item 3.2 – Posse dos eleitos em agosto de 2026

Após abrir para manifestações e não haver inscritos, o coordenador deu continuidade iniciando o processo eleitoral para Secretaria solicitando candidaturas e informando necessidade de, no mínimo, duas pessoas. Explicou a regra de que o mais votado seria titular e o menos votado seria suplente e, em caso de empate, prevaleceria maior experiência de vida como titular.

Registraram candidatura à secretaria, os conselheiros Cecília e Célio.

Coordenador Maluf apresentou as cédulas que foram assinadas pelos três membros da Mesa e informou o total de 21 conselheiros. Solicitou distribuição das cédulas, orientou voto em um único nome, Cecília ou Célio, voto secreto, e o objetivo era definir titular e suplente. Solicitou aos secretários, Claudinha e Célio, a distribuição das cédulas para cada conselheiro presente e pediu que os conselheiros aguardassem a chamada para conferência de presença.

Secretária-Geral, Claudinha Amaro, procedeu à chamada dos 21 conselheiros presentes para entrega da cédula com voto, dando início à contagem. Todos os conselheiros presentes votaram e a secretária confirmou o total de 21 votos, solicitou conferência e a contagem foi realizada. O conselheiro Célio obteve 5 votos sendo reeleito como secretário-adjunto e a conselheira Cecília obteve 16 votos sendo eleita como secretária-geral. O resultado foi conferido pelo coordenador Paulo Maluf.

Em seguida, **o coordenador Paulo**, deu continuidade à votação para Coordenação perguntando quais os candidatos à coordenação do CPM para o período de agosto a dezembro. A conselheira Claudinha se colocou como candidata assim como o coordenador Paulo Maluf. Solicitou aos secretários, Claudinha e Célio, a distribuição das cédulas para cada conselheiro presente e pediu que os conselheiros aguardassem a chamada para conferência de presença, procedeu à chamada dos 21 conselheiros presentes para entrega da cédula com voto, dando início à contagem. Todos os conselheiros presentes votaram e a secretária confirmou o total de 21 votos, solicitou conferência da conselheira Luciana Gaspar, Distrito Lapa e do secretário-adjunto Célio e a contagem foi realizada. A conselheira Claudinha obteve 5 votos e a conselheira Maluf obteve 16 votos sendo reeleito como coordenador. O resultado foi acompanhado pelos atuais membros da mesa, Maluf e Claudinha.
Coordenador Maluf agradeceu os votos recebidos por ele e pela secretária-geral Claudinha afirmando que a conselheira realizaria bom trabalho, caso fosse eleita. Justificou a continuidade no cargo em razão de questões em andamento no Participe+ avaliando ser importante manter a condução naquele momento. Paulo anunciou a nova composição da Mesa para posse em agosto: Paulo César Maluf como coordenador, Cecília como secretária-geral e Célio como secretário-adjunto. O coordenador registrou agradecimento à conselheira Claudinha pelo trabalho como secretária-geral, e ao conselheiro Célio, pelo apoio no semestre informando ainda haver trabalho conjunto até a transição completa para a conselheira Cecília.

Item 4 – Propostas dos Conselheiros para deliberação
Item 4.1 – Apresentação de propostas
Item 4.2 – Discussão e votação

Coordenador Paulo abriu para propostas de votação prestando orientação e esclarecendo proposta de audiência em nome do Conselho, com convite a membro de Secretaria ou da Subprefeitura, precisar ser feita em reunião presencial e não via WhatsApp ou e-mail. Informou que a Mesa não recusaria inclusão em pauta de proposta apresentada sendo necessário conselheiro se pronunciar pessoalmente para o Pleno deliberar sobre a importância da proposta. Paulo reforçou o procedimento explicando a decisão não caber ao coordenador isoladamente e, após aprovação, seria elaborado ofício à autoridade sendo respeitado o prazo necessário para comparecimento e a participação poderia ocorrer em reunião ordinária ou, se necessário, em reunião extraordinária, mediante aprovação. Após os esclarecimentos, o coordenador perguntou se algum conselheiro desejava apresentar proposta.

Conselheira Heloisa referendou manifestação anterior feita no grupo de WhatsApp propondo convite ao coordenador do CPO como o objetivo de explanação sobre os SEIs em andamento com propósito de nortear sobre o PLOA 2026.

Coordenador Paulo colocou em votação a proposta da conselheira Heloisa que consistia em convidar os gerentes e o diretor da Coordenadoria de Projetos e Obras, CPO, para reunião do CPM. O objetivo era explanação sobre os SEIs e sobre os projetos. O coordenador confirmou o entendimento da proposta com a conselheira informando, em caso de aprovação, seria encaminhado e-mail ao interlocutor Afonso, responsável pelo encaminhamento a qualquer órgão público. O coordenador submeteu a proposta à votação e o convite seria direcionado ao Cel. Kuratomi e a pauta da reunião incluiria esclarecimentos sobre SEIs bloqueados e sobre projetos. O resultado da votação foi 19 votos favoráveis e 2 abstenções.
Após a votação, o coordenador perguntou sobre novas propostas para inclusão em pauta.

Item 5 – Ações de zeladoria
Item 5.1 – Propostas para aprimorar a eficiência e o caráter preventivo das ações
Item 5.2 – Sugestões de planejamento e monitoramento contínuo

Em seguida, o **coordenador Maluf** retomou tema apresentado pelo conselheiro Edson Garcia no início do mandato daquela Mesa sobre zeladoria. O assunto ficou pendente em razão de outras prioridades. Maluf incluiu o tema na pauta convidando o conselheiro Edson Garcia para fazer uso da palavra.

Conselheiro Edson Garcia, Distrito Lapa, apresentou proposta de ação de zeladoria visando aprimorar a eficiência e o caráter preventivo das ações trazendo sugestões de planejamento e de monitoramento contínuo. Edson informou ter aguardado a mudança da Mesa para conversar com o novo coordenador para solicitar uma conversa dividindo, na sua reflexão, as obrigações dos conselheiros em dois grandes blocos sendo o primeiro em atender às demandas da população cumprida por meio do Orçamento Cidadão. O conselheiro definiu essa parte como divertida, legal e lúdica e sendo a parte mais interessante de se fazer. O segundo bloco consiste monitorar a Subprefeitura e essa atribuição, segundo ele, não estava sendo cumprida afirmando caber ao Conselho fiscalizar o previsto em lei e fiscalizar a aplicação das políticas públicas e o desenvolvimento na área de abrangência. Edson citou exemplos mencionando o Plano de Bairro ser obrigação da Subprefeitura e não ter sido cobrado pelo CPM, até o momento. Mencionou, também, o Grupo de Arbovirose (Grupo da Subprefeitura que faz ações permanentes de prevenção e combate a essas doenças: borrifação, fiscalização de focos de mosquitos, campanhas entre outras) que deveria atuar permanentemente na região que também não foi cobrada pelo COM. Obrigação, essa, da Prefeitura, prevista em lei, ainda segundo Edson.
O conselheiro tratou, também, da zeladoria lembrando tema levantado no mandato anterior e com grupo no CPM. Segundo Edson, o grupo esteve com o pessoal de Obras e na reunião foi constatado que a zeladoria era feita sem critério sendo os pedidos lançados e atendidos conforme ordem de chegada, critério FIFO (quem entrou primeiro seria atendido primeiro). O conselheiro relatou fala dos técnicos na reunião de que as ocorrências como pedido da Globo ou acidente na Marginal, por exemplo, alteravam a prioridade sendo o

atendimento redirecionado para esses casos. O conselheiro defendeu necessidade de plano estruturado e discussão com a Subprefeitura sugerindo priorizar obras com maior atendimento à população priorizando obras mais necessárias e com maior resultado. O conselheiro concluiu dizendo que a fiscalização da aplicação das políticas públicas não estavam sendo feitas e o trabalho do Conselho se restringia ao Orçamento Cidadão. Edson anunciou intenção de preparar material para propor na próxima reunião pretendendo propor criação de grupo para monitoramento da Prefeitura tendo como objetivo cobrar da Subprefeitura o cumprimento das obrigações legais listando os seguintes pontos: a Subprefeitura precisava manter grupo permanente para Plano de Bairro, adotar critério diferenciado para escolha das zeladorias, pois muitos pedidos recebidos eram consequência de zeladoria não realizada e reforçou ser obrigação legal da Subprefeitura manter o Grupo de Arbovirose em funcionamento. O conselheiro resumiu a ideia propondo montagem de grupo para monitoramento da Prefeitura e função de fiscalizar a aplicação e o desenvolvimento das políticas públicas na região.

Coordenador Maluf abriu a palavra para conselheiros interessados em se manifestar sobre o assunto de zeladoria e se dirigiu ao conselheiro Edson lembrando que o conselheiro Xandão era o coordenador de zeladoria pelo CPM e sugerindo que conversassem entre si e com o grupo. A orientação foi definir uma estratégia de condução do tema, pois ficaria mais fácil apresentar uma proposta consolidada na reunião seguinte, conforme sugerido pelo conselheiro Edson. O coordenador reforçou que a discussão deveria ocorrer entre os membros do grupo e o intuito seria evitar centralizar o assunto apenas entre o coordenador e o conselheiro Edson uma vez já existir um grupo responsável para tratar do tema. O coordenador destacou a importância de verificar o que já foi feito e o que deixou de ser feito pelo grupo.

Conselheira Sonia, Distrito Lapa, comentou sobre a fala do conselheiro Edson em relação ao plano de bairro tema proposto num grupo trabalho que estava sendo organizado e disse ter enviado ao Subprefeito e-mail solicitando reunião pra discutir essa questão do plano de bairro por conta do plano diretor que existe verba pra isso e, segundo Sonia, a resposta foi no momento não haver disponibilidade pra discutir sobre esse assunto.

Conselheira Cecilia mencionou com dúvidas, no ano anterior, que o Subprefeito Marcos Valério apresentou o que estava orçado e o que foi concluído na subprefeitura da Lapa e ter solicitado o mesmo para este ano. Desta maneira, a conselheira gostaria que, se possível, o Subprefeito apresentasse, na reunião do CPM, o que tem orçado e o que concluíram, qual é o escopo geral do trabalho da subprefeitura como já foi apresentado, anteriormente, por um Subprefeito. Não seria sobre das obras do Participe mais e, sim, do geral da subprefeitura, verba geral da subprefeitura, uma prestação de contas da subprefeitura.

Coordenador Paulo mencionou não ter problema colocar proposta ao Pleno e separar em dois e-mails o com temas diferentes sendo, um deles, o convite sugerido pela conselheira Cecilia ao Subprefeito..

Conselheiro Nivaldo, Distrito Lapa, direcionou a palavra à conselheira Cecilia entendendo cada Subprefeito ter perfil diferente e, ainda que o Subprefeito Marcos Valério tenha prestado contas com o que estava na pauta durante a administração dele, tem dúvidas de poderia usar esse exemplo para que outros Subprefeitos tenham a mesma atitude.

Conselheira Heloísa resumiu o pedido da conselheira Cecilia dizendo ser a dotação orçamentária anual da subprefeitura X e entendeu ser pedido pela conselheira que, ao término do ano fiscal de 2026, estarmos no segundo semestre, o Subprefeito apresente o realizado da gestão pública desde o dia que ele assumiu, ficando e dúvida se do ano fiscal 2025 até o período que ele puder esclarecer o da dotação orçamentária de 25 e de 26.

Coordenador Paulo acolheu a proposta afirmando o tema estar previsto em decreto e citou como função do Subprefeito prestar contas ao Conselho sobre as atividades da Subprefeitura e que essa obrigação já estava determinada pela Secretaria da Casa Civil devendo, portanto, a apresentação existir. Paulo avaliou ser possível fazer o convite ao Subprefeito e corroborou a proposta ser o subprefeito apresentar o ocorrido no ano de 2025 e outra possibilidade seria apresentação referente aos anos de 2025 e 2026. Para o coordenador, no caso de apresentação apenas de 2025 seria possível realizar ainda naquele momento e se fosse pra abranger 2025 e 2026 seria necessário deixar para data posterior. Outra opção apresentada pelo coordenador foi o subprefeito apresentar o realizado até o momento pra que o Conselho tenha noção do que foi feito. Maluf concluiu que o Conselho deveria decidir sobre o convite para apresentação não vendo problema algum reforçando a necessidade de definição clara do objeto do convite. O coordenador lembrou a existência do grupo de Orçamento e que algumas pessoas desse grupo já estiveram em reunião com o Subprefeito para análise do orçamento observando a apresentação ser prerrogativa do Subprefeito e a ausência de apresentação ser outra questão. Paulo registrou o fato de o Subprefeito ter tomado posse e, até a presente data, não visitado o Conselho. O coordenador submeteu a proposta à deliberação sendo ela convidar o Subprefeito para prestação de contas do período até então devendo contemplar o orçado, o executado, as demandas atendidas e o encaminhamento das demandas de competência da Subprefeitura da Lapa.

O resultado da votação foi 20 votos favoráveis e apenas o coordenador se absteve.

Coordenador Paulo Maluf informou que seria encaminhado e-mail por meio do interlocutor Afonso convidando o Subprefeito e solicitando indicação de data disponível dentro da reunião do Conselho e tempo necessário para apresentação. Após definição, o pedido seria incluído em pauta e registrado para publicação no Diário Oficial e o procedimento seguiria o

mesmo adotado no convite ao pessoal da Secretaria de Saúde. O coordenador afirmou seriam feitos dois e-mails, com apoio da Claudinha, com o objetivo de esclarecer o necessário. Paulo reforçou a necessidade da Subprefeitura trabalhar em parceria com o CPM e essa relação depender de cada gestão ressaltando a prerrogativa do próprio Conselho Participativo cobrar essa articulação. O coordenador mencionou, pra ele um fato histórico, em 2014 as reuniões do Conselho podiam ocorrer em qualquer local da cidade, dentro dos distritos e, após essa data, uma portaria foi baixada determinando a realização das reuniões apenas na sede da Subprefeitura e a mudança ocorreu por interlocução. Paulo registrou ter havido evolução no CPM desde 2013 concluindo caber ao Conselho se unir, cobrar o poder público e fiscalizar. O coordenador defendeu postura respeitosa e educada para construção de resultados positivos para a cidade ou, ao menos, para sinalização das necessidades. Por fim, Maluf sugeriu inclusão no e-mail, além da prestação de contas, o subprefeito apresentar informações sobre o andamento do Plano de Bairro dos distritos perguntando se alguém discordava de concluir o assunto daquela forma.

Munícipe Eduardo questionou sobre existência de comissão de apoio jurídico e administrativo no Conselho após observar muitas propostas com boa vontade apontando falta de malícia em diversas situações e citando, como exemplo, quando o Subprefeito informou sobre nomeação de uma pessoa para acompanhar processo SEI. Eduardo afirmou tal situação não existir. Citou, também, a abertura de processo SEI não haveria abertura enquanto houvesse licitação em andamento. O munícipe destacou importância do conhecimento exato sobre o objeto dos pedidos informando ter grande contato com a Secretaria de Obras definindo como um grande limbo e de difícil acesso. O munícipe avaliou ser a Secretaria de Obras o local com maior possibilidade de ilusão e engano entre todas as secretarias da Prefeitura apontando carência de assessoria jurídica e administrativa para o CPM. Para Eduardo, essa assessoria seria necessária para compreensão do que poderia ser solicitado e para compreensão do que era ofertado pelo motivo de muitas ofertas não se concretizariam ou seriam impossíveis. O munícipe reconheceu boa vontade; porém, apontou inocência e pouco conhecimento jurídico. Em razão disso, pessoas acabavam sendo enroladas e o tempo passava, chegava período eleitoral, dinheiro desaparecia e nada acontecia. Eduardo sugeriu ao Conselho se reunir com pessoas qualificadas nas áreas jurídica e administrativa com o objetivo de assessoramento mútuo concluindo o Conselho estava sendo enganado.

Coordenador Paulo informou ter trabalhado com o SEI em órgão público e explicou que, ao lacrar um processo no SEI, criava-se o chamado "cadeadinho" e somente funcionários com RF tinham acesso naquele caso. Exemplificou o pedido feito ao Subprefeito não ser abertura integral do processo e, sim, para informação sobre o andamento do projeto da obra licitada citando não haver conhecimento sobre o status da licitação. Paulo afirmou ser possível abrir o SEI com restrição e exemplificou pesquisa realizada saber sobre redução de valor sendo essa informação obtida porque houve solicitação e, sem acesso, essa informação não seria possível. Maluf relatou conversa com o Subprefeito e a orientação

passada foi não haver necessidade de abertura de documento e, apenas o andamento. O coordenador explicou ao munícipe Eduardo e aos demais que qualquer munícipe podia acessar exemplificando a consulta e a última atualização constar em março, outra atualização em 31 de maio e sem constar informação sobre processo de licitação. Dessa forma não havia como saber se houve licitação nem o valor. Maluf lembrou a ideia do SEI ter partido do próprio Conselho e o Interlocutor Afonso ter ajudado muito nessa criação. O coordenador tratou da Lei Geral de Proteção de Dados, dados protegidos por lei não poderiam ser exibidos e afirmou desinteresse em conhecer nome de empresa sendo necessário apenas o andamento. Paulo defendeu qualquer munícipe conseguir entrar e verificar se o processo andou, parou ou estava caminhando registrando, ainda, sugestão repassada durante conversa com o subprefeito que mencionou possibilidade de liberação para uma pessoa, mas ele interveio orientando o Subprefeito bloquear apenas o não divulgável afirmando essa configuração ser possível no SEI. Paulo deixou registrado para todos reforçando existir essa possibilidade. O coordenador concluiu não ser possível abrir tudo; no entanto, abrir apenas o já disponível e que, quando o processo estava em licitação, essa informação já constava assim como quando enviado e saía no Diário Oficial com o nome da empresa. Todas as informações já constavam e o acesso pelo SEI apenas facilitaria a consulta.

Conselheira Heloisa mencionou por meio de sistema jurídico poder acionar de outra forma até você chegar onde precisa e ela possui o passo a passo da Escadaria André Casado por uma consulta extra do processo.

Item 6 – Encerramento

Agradecimentos Finais
O coordenador Paulo finalizou os informes, agradeceu a presença de todos desejando retorno seguro aos lares, saúde e paz às famílias.

Lista de presença conselheiros e convidados

Ata revisada pelo coordenador Paulo Cesar Maluf, pela secretária-geral Claudia Regina Aranda Amaro e pelo secretário-adjunto Célio Alves de Souza.